CPSMB - CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DO MACIÇO DE BATURITÉ

CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DO MACIÇO DE BATURITÉ

RUA: Cel. Pedro Castelo Nº390 B- Centro- Baturité - CE CEP: 62.760.000 CNPJ: 11.490.043/0001-19. TEL: 085- 3347.10.44 E-MAIL: cpsmbaturite@gmail.com

mailet)

CONTRATO N° 0301.01/2018 - CPSMB

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O DO CPSMB, COM A EMPRESA: HEDELITA NOGUEIRA VIEIRA EIRELI, NAS CONDIÇÕES ABAIXO PACTUADAS:

O Consorcio Publico de Saúde do Maciço de Baturité, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Cel. Pedro Castelo, n° 390B – Centro - Baturité, inscrito no CNPJ/MF sob o n°. I 1.490.043/0001-19, neste ato representado pelo Sr. Diretor Administrativo Financeiro, Sr. Francisco de Assis Oliveira Lopes, doravante denominado de CONTRATANTE, e, do outro lado a empresa: HEDELITA NOGUEIRA VIEIRA EIRELI - (OBJETIVA PUBLICAÇÕES LEGAIS), sediada a Rua Barbara de Alencar, n° 1238 – Aldeota – CEP: 60.140-025 – Fortaleza - CE, inscrita no CNPJ sob n°. 07.779.242/0001-74, neste ato representado pela Proprietária, Sra. Hedelita Nogueira Vieira, inscrita no CPF sob n° 061.525.893-04′ ao fim assinado, doravante denominada de CONTRATADA, de acordo com o Processo de dispensa de licitação n° 0201.02/2018 - CPSMB, em conformidade com o que preceitua a Lei Federal n°. 8.666/93 e suas alterações posteriores, sujeitando-se os contratantes às suas normas e às cláusulas e condições a seguir ajustadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

I.I - Fundamenta-se este contrato na dispensa de licitação nº 0201.02/2018 - CPSMB, art. 24, inciso II, da Lei nº 8666/93 e Art. 23, § 8º da Lei 8.666/93 (Incluído pela Lei nº 11.107, de 2005).

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO E PUBLICIDADE DOS ATOS OFICIAIS EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO ESTADUAL, DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO CEARA E DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, DE INTERESSE DO CONSORCIO PUBLICO DE SAÚDE DO MACIÇO DE BATURITÉ – CE.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.1 - A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela os serviços, objeto deste contrato o valor global de R\$ 21.580,00 (vinte e um mil, quinhentos e oitenta reais).

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

4.1 - O presente contrato tornar-se-á efetivo a partir da data de sua assinatura até 31 de Dezembro de 2018, podendo ser prorrogado nos casos e formas previstos na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 5.1 A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei n° 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- 5.2 Fiscalizar e acompanhar a execução do serviço contratual;
- 5.3 Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a entrega do objeto contratual, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;

of his



CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DO MACIÇO DE BATURITÉ

RUA: Cel. Pedro Castelo Nº390 B- Centro- Baturité - CE CEP: 62.760.000 Wallet CNPJ: 11.490.043/0001-19. TEL: 085- 3347.10.44 E-MAIL: cpsmbaturite@gmail.com

5.4 - Providenciar os pagamentos à Contratada à vista das Notas Fiscais / Faturas devidamente atestadas pelo CSPMB, conforme o acordado.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1 Executar os serviços do Contrato de conformidade com as condições e prazos estabelecidos nesse Termo Contratual e anexo;
- 6.2 Manter durante toda a duração do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a execução dos serviços;
- 6.3 Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela
- 6.4 Arcar com eventuais prejuízos causados à Contratante e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados e/ou prepostos envolvidos na execução do objeto contratual;

CLÁUSULA SETIMA - DOS PRAZOS

- 7.1 O prazo de duração do contrato e ate 31 de Dezembro de 2018, contados a partir do recebimento da Ordem de serviço, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações.
- 7.2 Os pedidos de prorrogação de prazos serão dirigidos ao CPSMB.
- 7.3 Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que notificados no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e aceitos pelo CPSMB não serão considerados como inadimplemento contratual.

CLÁUSULA OITAVA - DA EXECUÇÃO DO OBJETO

- 8.1 A CONTRATADA obriga-se a executar o objeto desta licitação, nos prazos estabelecidos no item 6.1 deste contrato.
- 8.2 A CONTRATADA deverá executar os serviços de acordo com as especificações e condições estabelecidas no ANEXO deste contrato.

CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 9.1 Os pagamentos serão realizados mediante apresentação da Nota Fiscal do objeto e fatura correspondente. As faturas deverão ser aprovadas, obrigatoriamente, pelo CPSMB, que atestará a entrega do objeto licitado.
- 9.2 Caso as faturas sejam aprovadas pelo CPSMB, o pagamento será efetuado até o 30° (trigésimo) dia após o protocolo da fatura pelo(a) CONTRATADO(A).

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FONTE DE RECURSOS

10.1 - As despesas decorrentes da contratação correrão por conta da dotação orçamentária 0101.103.020.001.2.001 (CSPMB), elemento de despesa 3.3.90.39.00.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇO

11.1 - Os preços são firmes e irreajustáveis;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

of hu do



CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DO MACIÇO DE BATURITÉ

RUA: Cel. Pedro Castelo Nº390 B- Centro- Baturité - CE CEP: 62.760.000 Lucurdo CNPJ: 11.490.043/0001-19. TEL: 085- 3347.10.44 E-MAIL: cpsmbaturite@gmail.com

12.1 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões no quantitativo do objeto contratado, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, conforme o disposto no § 1º, art. 65, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 13.1 Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa, a Administração poderá aplicar à Contratada, as seguintes sanções:
- a) Advertência.
- b) Multas de:
- b.l) 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa da LICITANTE VENCEDORA em assinar o contrato dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação feita pela Contratante
- b.2) 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor da parcela não cumprida do Contrato, por dia de atraso na entrega dos materiais, até o limite de 30 (trinta) dias;
- b.3) 2% (dois por cento) cumulativos sobre o valor da parcela não cumprida do Contrato e rescisão do pacto, a critério do CPSMB, em caso de atraso na entrega superior a 30 (trinta) dias.
- b.4) O valor da multa referida nestas cláusulas serão descontadas "ex-offício" da contratada, mediante subtração a ser efetuada em qualquer fatura de crédito em seu favor que mantenha junto ao CPSMB, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial;
- c) suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto pendurarem os motivos determinantes da punição ou até que a contratante promova sua reabilitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DAS RESCISÕES CONTRATUAIS

- 14.1 A rescisão contratual poderá ser:
- 14.2 Determinada por ato unilateral e escrita da CONTRATANTE nos casos enumerados nos incisos I a XII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;
- 14.3 Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da
- 14.4 Em caso de rescisão prevista nos incisos XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa do CONTRATADO, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;
- 14.5 A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarreta as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 15.1 Os recursos cabíveis serão processados de acordo com o que estabelece o art. 109 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.
- 15.2 Os recursos deverão ser interpostos mediante petição devidamente arrazoada e subscrita pelo representante legal da recorrente dirigida à Comissão de Licitação do CPSMB.
- 15.3 Os recursos serão protocolados no CPSMB e encaminhados à Comissão de Licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

of ho to

ESTADO DO CEARÁ

CPSMB - CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DO MACIÇO DE BATURITÉ

CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DO MACIÇO DE BATURITÉ
RUA: Cel. Pedro Castelo Nº390 B- Centro- Baturité - CE CEP: 62.760.000
CNPJ: 11.490.043/0001-19. TEL: 085- 3347.10.44

E-MAIL: cpsmbaturite@gmail.com

16.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Baturité Estado do Ceará, para dirimir toda e qualquer controvérsia oriunda do presente contrato, que não possa ser resolvida pela via administrativa, renunciando-se, desde já, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

16.2 - E, por estarem acertados as partes, firmam o presente instrumento contratual em 02 (duas) vias para que possa produzir os efeitos legais.

Baturité (CE), 03 de janeiro de 2018.

Francisco de Assis Oliveira Lopes DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO DO CPSMB

CONTRATANTE

Hedelita Nogueira Vieira HEDELITA NOGUEIRA VIEIRA- EIRELI

CONTRATADA

Testemunhas:

01.			
Nome:			
CPF/MF:			
02.			
Nome:			
CDE/ME			



CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DO MACIÇO DE BATURITÉ

RUA: Cel. Pedro Castelo N°390 B- Centro- Baturité - CE CEP: 62.760.000 pur de CNPJ: 11.490.043/0001-19. TEL: 085- 3347.10.44 E-MAIL: cpsmbaturite@gmail.com

ANEXO AO CONTRATO

I - OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO E PUBLICIDADE DOS ATOS OFICIAIS EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO ESTADUAL, DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO CEARA E DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, DE INTERESSE DO CONSORCIO PUBLICO DE SAÚDE DO MACIÇO DE BATURITÉ – CE.

2 – ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO:

- O objeto da licitação constitui-se na veiculação de publicações legais, compreendendo:
- a) publicação de avisos de interesse da Comissão Permanente de Licitação e da Comissão de Pregão e extratos de homologações e extratos de contratos;
- b) Decretos;
- c) Leis;
- d) Convênios;
- e) Outros.

2.1 - FORMAS DE ATENDIMENTO:

- Os serviços deverão ser prestados junto aos jornais de circulação estadual (Diário do Nordeste e O Povo), jornal Diário Oficial do Estado e Jornal Diário Oficial da União;
- A contratada deverá fornecer a contratante todos os jornais onde circularem as matérias, sendo um jornal para cada publicação, onde deverá encaminhar a este CPSMB, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis da data de publicação todos os exemplares referentes às publicações realizadas, e ainda no dia da publicação deverá encaminhar por e-mail, digitalizadas, todas as matérias publicadas;
- A Contratada deverá receber as matérias por e-mail com confirmação imediata, de segunda a sexta feira, nos horários de até 13h00min para as matérias circularem no próximo dia útil no Diário da União, e até 16h00min para as matérias circularem no próximo dia útil nos jornais de grande circulação estadual (Diário do Nordeste e O povo);
- d) Serão recusados pelo Consorcio os serviços em conformidade com o presente anexo;
- A prestação dos serviços licitados será feito de acordo com as necessidades do CPSMB, durante o prazo de contratação;
- Os prazos de execução dos serviços bem como a vigência do contrato serão até 31/12/2018, podendo ser prorrogado, por se tratar de serviços de natureza continuada, conforme artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

3 - JUSTIFICATIVA:

a) Veicular através de Imprensa Oficial as publicações legais de interesse do CPSMB, cumprindo determinação legal, da lei nº 8.666/93, artigo 3º "A licitação destina-se a garantir a observância do principio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. Desta forma esta administração visa dar total transparência e segurança aos seus atos oficiais, além de cumprir as determinações legais, poder ter acesso ás publicações oficiais de maneira rápida, segura e transparente.

4 - ESPECIFICAÇÕES DOS JORNAIS COM QUANTITATIVOS LICITADOS:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QNT.	VL. UNT	VL. TOTAL
1.	Jornal de Grande Circulação Estadual – 1° Caderno (Jornal O Povo ou Jornal Diário do Nordeste)	Cm/Pc	120	45,00	5.400,00
2.	Diário Oficial do Estado do Ceará – DOE/CE	Cm/Pc	110	128,00	14.080,00
3.	Diário Oficial da União - DOU	Cm/Pc	20	105,00	2.100,00
	VALOR GLOBAL R\$		/ ,		21.580,0

st. ho. for